

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

IGOR AMORIM E SILVA

Legado dos Megaeventos Esportivos brasileiros:
Investimentos e Crescimento Econômico nas Cidades Sedes e Subsedes

Uberlândia

2022

IGOR AMORIM E SILVA

Legado dos Megaeventos Esportivos brasileiros:
Investimento e Crescimento Econômico nas Cidades Sedes e Subsedes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em

Área de concentração: Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Carlos César Santejo Saiani.

Uberlândia

2022

IGOR AMORIM E SILVA

Legado dos Megaeventos Esportivos brasileiros:
Investimento e Crescimento Econômico nas Cidades Sedes e Subsedes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Ciências Econômicas.

Uberlândia, 2022

Banca Examinadora:

Cássio Garcia Ribeiro Soares da Silva – IERI UFU

Filipe Prado Macedo da Silva – IERI UFU

Nome – Titulação (sigla da instituição)

Nome – Titulação (sigla da instituição)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço imensamente o apoio do meu professor orientador, Carlos César Santejo Saiani, que mesmo durante pausas devido ao período de pandemia e posteriormente o intercâmbio sempre acreditou no projeto.

Agradeço também minha família, Sueli Amorim e Ikaro Amorim, que não mediram esforços durante todo o período de graduação para que a minha única preocupação fosse única e exclusivamente os estudos, com toda certeza grande parte desse projeto só aconteceu pelo apoio que obtive de vocês.

Destarte, vale a ressalva ao Donizetti Pranuvi, que mesmo sem a necessidade de auxiliar sempre esteve presente, e com um altruísmo genuíno sempre esteve presente para o suporte e apoio que se tanto necessita nesse período de mudanças na graduação.

E por fim, embora não menos importante, agradeço imensamente os meus amigos que fortaleceram e possibilitaram que os momentos difíceis fossem superados em conjunto e os momentos de alegria potencializados imensamente por serem rodeados de grandes pessoas, que com certeza levarei no meu coração para o resto da vida.

RESUMO

Os megaeventos esportivos são comumente realizados com o objetivo de angariar recursos para o país sede e providenciar um legado para a população residente. Esse estudo tem como objetivo estudar os dois megaeventos esportivos recentes realizados no território brasileiro, a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016. Para isso, o trabalho utilizou de referencial teórico a fim de exemplificar os temas abordados de crescimento econômico e investimento, além de se basear em outros estudos e notícias a fim de contextualizar os eventos ocorridos no caso brasileiro. Para mensurar o legado dos eventos, foram coletados dados de investimento municipais e do PIB *per capita* nas cidades sedes e subsedes do evento e comparadas com as demais cidades brasileiras com base no modelo de diferenças em diferenças, os dados foram retirados de anos estratégicos a fim de mensurar o efeito antes do evento e após o evento e assim obter uma resposta assertiva à respeito do legado. Os resultados obtidos reforçam a hipótese adquirida e atestam que a realização dos eventos representa um retorno positivo para a população.

Palavras-chave: Megaevento esportivo. Olimpíadas. Copa do Mundo. Crescimento Econômico. Investimento.

ABSTRACT

Sporting mega-events are commonly held with the aim of raising funds for the host country and providing a legacy for the resident population. This study aims to study the two recent mega sporting events held in Brazil, the 2014 World Cup and the Rio de Janeiro Olympics in 2016. For this, the work used a theoretical framework in order to exemplify the topics of economic growth, and investment, in addition to being based on other studies and news in order to contextualize the events that occurred in the Brazilian case. To measure the legacy of the events, municipal investment data and GDP per capita were collected in the host cities and sub-host cities of the event and compared with the other Brazilian cities based on the model of differences in differences, the data were taken from strategic years in order to measure the effect before the event and after the event and thus obtain an assertive answer regarding the legacy. The results obtained reinforce the hypothesis acquired and attest that the realization of the events represents a positive return for the population.

Keywords: Sports mega event. Olympics. World Cup. Economic growth. Investment.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 - Copa do Mundo do Brasil: cidades subsede, segundo as regiões geográficas e os estados	18
Figura 1 - Investimentos nas cidades para a Copa do Mundo (R\$ milhões), segundo categorias.....	19
Quadro 2 - Obras de mobilidade urbana no Rio de Janeiro para as Olimpíadas	22
Quadro 3 - Obras esportivas no Rio de Janeiro para as Olimpíadas.....	22
Quadro 4 – Cidades Analisadas, segundo as regiões.....	25
Quadro 5 – Distribuição das cidades sedes e subsedes, segundo estados e regiões.....	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimentos em estádios (R\$ milhões): previstos e realizados	18
Tabela 2 - Investimentos iniciais previstos em das obras da Copa do Mundo nas cidades sede.....	19
Tabela 3 – Deflator com ano base em 2005.....	24
Tabela 4 - Cidades sedes e subsedes dos megaeventos esportivos brasileiros: diferenças nos investimentos médios nos períodos de análise (R\$ milhares de 2005), segundo as regiões brasileiras (2005 a 2019)	28
Tabela 5 - Cidades sedes e subsedes e demais: diferenças nos investimentos médios (efeitos do tratamento) nos períodos de análise (R\$ milhares de 2005), segundo as regiões (2005 a 2019)	29
Tabela 6 - Cidades sedes e subsedes e demais: diferenças nos investimentos médios – efeitos médios do tratamento em percentuais (%) – nos períodos de análise, segundo as regiões (2005 a 2019)	29
Tabela 7 - Cidades sedes e subsedes dos megaeventos esportivos brasileiros: diferenças nos PIBs per capita médios nos períodos de análise (R\$ milhares de 2005), segundo as regiões brasileiras (2005 a 2019)	31
Tabela 8 - Cidades sedes e subsedes e demais: diferenças nos PIBs per capita médios (efeitos do tratamento) nos períodos de análise (R\$ de 2005), segundo as regiões (2005 a 2019)	32
Tabela 9 - Cidades sedes e subsedes e demais: diferenças nos PIBs per capita médios – efeitos médios do tratamento em percentuais (%) – nos períodos de análise, segundo as regiões (2005 a 2019).....	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAIS TEÓRICO E EMPÍRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO	13
2.1	Investimento, infraestrutura e crescimento econômico	13
2.2	Impactos socioeconômicos de megaeventos esportivos.....	15
2.3	Megaeventos esportivos no Brasil	17
2.3.1	A Copa do Mundo de Futebol	17
2.3.2	Os Jogos Olímpicos.....	21
3	PROCEDIMENTOS EMPÍRICOS E DADOS	23
4	EVIDÊNCIAS E ANÁLISES	26
4.1	Investimentos.....	27
4.2	PIB per capita	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	APÊNDICE	36
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1 INTRODUÇÃO

O termo megaeventos esportivo é tradicionalmente usado para as principais competições esportivas internacionais, que ocorrem periodicamente em prazos determinados. A Copa do Mundo de Futebol Masculino é um dos principais megaeventos esportivos, ocorrendo de quatro em quatro anos em um país sede (ou em dois, como já aconteceu), sendo que a primeira foi em 1930, com sede no Uruguai. Desde então, o evento já ocorreu vinte e uma vezes, sendo a última em 2018, sediada na Rússia¹. O evento, organizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), é disputado atualmente por trinta e duas seleções nacionais. Já os Jogos Olímpicos, o maior e mais tradicional megaevento, é organizado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), também ocorrem de quatro em quatro e são sediados por uma cidade de um país, contando com mais de 10 mil atletas de mais de 200 países praticando mais de trinta modalidades esportivas.

As Olimpíadas de Tóquio de 2020 foram adiadas para 2021, mas sem público, devido à pandemia mundial do novo coronavírus. Os jogos anteriores ocorreram em 2016 com sede no Rio de Janeiro no Brasil. Esta também foi uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol Masculino de dois anos antes (2014). Portanto, em um espaço de dois anos, o Brasil sediou dois dos principais megaeventos esportivos. Tais eventos tiveram alguns problemas, como obras de infraestrutura atrasadas ou não acabadas, mas é incontestável que grandes investimentos foram feitos. Esta monografia explora tal fato. O **objetivo geral** é avaliar o “legado” dos megaeventos brasileiros, especificamente investigando se os investimentos em infraestrutura impactaram de forma duradoura o crescimento econômico nas cidades envolvidas (sedes e de hospedagem) e se os impactos foram heterogêneos no tempo, ou seja, se diferem *ex ante* e *ex post* aos eventos.

Para fundamentar o estudo proposto, é importante ressaltar que o crescimento econômico e o investimento têm relação causal direta que é quase consenso na literatura econômica, na qual é defendido que níveis sólidos e altos de investimento estimulam a economia de forma sólida e sustentável no decorrer do tempo (SACHS; LARRAIN, 1995). Porém, no Brasil, o grau de investimento em relação ao Produto Interno Bruto oscila muito, o que não permite sustentar longas fases de crescimento da produção/renda (SILVA; RODRIGUES; FERREIRA, 2014).

A **hipótese** a ser aqui testada é a de que os megaeventos esportivos envolvem uma grande movimentação de capital em virtude dos grandes investimentos em infraestruturas necessárias para a realização dos eventos, assim como do turismo, da cobertura midiática e dos patrocínios. Tal contexto deveria proporcionar crescimento econômico nas cidades envolvidas tanto devido

¹ A próxima acontecerá no Catar no final do ano (2022) em que a presente Monografia está sendo finalizada.

aos investimentos realizados para os eventos como nos retornos à população de seus resultados, que deveriam ser aproveitados posteriormente no cotidiano da população (BARRETTO, 2009).

Por um lado, sediar um megaevento esportivo pode permitir aos governos garantir à sua população um pacote muito atrativo de melhorias na infraestrutura urbana – transporte público e revitalização urbana, por exemplo –, serviços correlatos ao evento e geração de muitos postos de trabalho (BURNETT, 2008). Tais consequências tendem a ocorrer pela obrigatoriedade das adequações que os países devem fazer para cumprir com os requisitos para que o evento ocorra (o “padrão FIFA”), mesmo que no fim das contas o balanço intertemporal acabe sendo negativo. Como exemplificado pelo Ministro do Esporte do Brasil de 2006 a 2011, Orlando Silva, em uma entrevista para o jornal Folha de São Paulo:

é um evento que produz oportunidades e que serve como catalisador para o desenvolvimento de quem a realiza. [...] A copa gera empregos. Estudo contratado pelo Ministério do Esporte estima que serão criados 330 mil empregos até 2014 e que o evento produzirá outros 380 mil empregos temporários. [...] A copa estimula a melhoria do transporte coletivo nas nossas principais cidades (SILVA, 2011).

Por outro lado, há diferenças significativas entre casos de sucesso e fracasso de sediar um evento de grande porte. Países carentes em infraestrutura, como no caso brasileiro e sul africano (sede da Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2010), por exemplo, exigem investimentos vultosos, ao passo que países desenvolvidos tendem a já possuir certo grau de “estoque” de infraestrutura (talvez não os estádios). Nos primeiros, os investimentos são maiores, mas o “legado” também poderia ser maior a depender da gestão de todos os aspectos relacionados ao evento, *ex ante* e *ex post*. Desse modo, pode acontecer como na África do Sul, em que o balanço do evento foi negativo, inclusive ocorrendo prejuízo aos cofres públicos (BOHLMANN; VAN HEERDEN, 2008). No Brasil, as evidências existentes não mostram um “legado” tão positivo.

Para testar a hipótese e, conseqüentemente, atingir o objetivo proposto, serão realizados exercícios empíricos com o cálculo de efeitos médios por “diferenças em diferenças” com dados municipais de 2005 a 2019. No caso da presente monografia, o “tratamento” é ter sido cidade-sede ou de hospedagem (subsedes). Estas formam o grupo de tratadas (ou de tratamento), sendo as demais cidades integrantes do grupo de não tratadas (ou de controle). As análises também são realizadas por subperíodos e considerando as grandes regiões geográficas brasileiras.

É de suma relevância ressaltar que o período posterior aos megaeventos brasileiros coincide com uma das maiores crises financeiras pela qual o país passou em sua história. Esta decorreu da combinação de choques de oferta e demanda, agravados por questões políticas (BARBOSA FILHO, 2017; OREIRO, 2017; MARCONI, 2018). A crise pode ter impactado no crescimento econômico das cidades de forma generalizada, o que, a priori, pode comprometer

as análises aqui propostas. Porém, é interessante verificar se os elevados investimentos prévios associados aos megaeventos podem ter amenizado os efeitos da crise nas cidades envolvidas.

Por último, deve-se apontar que a presente monografia é composta por mais três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No segundo capítulo, constam os referenciais teóricos e empíricos e a contextualização dos megaeventos esportivos brasileiros. No terceiro capítulo, são apresentados a metodologia e os dados dos exercícios empíricos realizados. Por último, no quarto capítulo, são reportadas e analisadas as evidências obtidas com os exercícios.

2 REFERENCIAIS TEÓRICO E EMPÍRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Investimento, infraestrutura e crescimento econômico

A relação entre o gasto público, principalmente o investimento, e o crescimento econômico é um aspecto central no debate econômico, tanto político como acadêmico, sendo tema de análise de vários trabalhos tido como clássicos (JONAS, 2009). Em Keynes (1973), por exemplo, o investimento é a variável chave da economia. Isto ocorre porque ele é o determinante precípua dos ciclos econômicos, ao mesmo tempo em que é a variável de maior instabilidade, visto que seu retorno é incerto e pode ser de longo prazo. Ademais, preconiza que o Estado deve atuar na fase recessiva dos ciclos com ações para promover investimentos que possibilitam o crescimento econômico e o pleno emprego.

Em Keynes (1936), destaca-se, ainda, o argumento de que existe um multiplicador da economia (multiplicador keynesiano). A ideia é que cada unidade monetária alocada em investimento eleva outras variáveis da economia e, conseqüentemente, o crescimento econômico é superior a uma unidade monetária. Isso porque quando o Estado dispense recursos, estes se tornam remunerações para outros indivíduos que vão os gastar em atividades distintas daquela que inicialmente o governo investiu; as outras atividades demandam mais dos seus fornecedores e, assim, todo o sistema econômico é impactado.

O Banco Mundial (1994) defende que o investimento realizado de modo constante e sem grandes oscilações em setores chave, como desenvolvimento social e infraestrutura, permitem a melhora significativa dos níveis de produto e renda da economia, que refletem também em melhorias da qualidade de vida da população e, se destinado a setores certos e com parcimônia, permite a países em desenvolvimento alcançarem padrões cada vez mais próximos aos desenvolvidos.

Oxford (1994) discute como países com elevados níveis atuais de desenvolvimento, como Alemanha, EUA, Japão, Reino Unido e Suécia, investiram em seus primórdios industriais em infraestrutura e, assim, levaram a reduções em custos operacionais que proporcionaram um crescimento econômico significativo. Ademais, em alguns países, a escolha do investimento estatal para ampliar as possibilidades da industrialização tiveram sucesso. O Estado interventor propiciou as bases em diversos ramos para que a iniciativa privada pudesse instalar suas indústrias e prosperar, auxiliando-as, além do investimento, com incentivos e subsídios visando o mercado mundial (HA JOON CHANG, 2002).

Vale ressaltar que o trabalho seminal de Aschauer (1989) foi o primeiro a formalizar e a obter evidências mais robustas da relação entre o investimento em infraestrutura (e o estoque) e o crescimento econômico. Para a economia norte americana, estimou que 10% do gasto em infraestrutura pode possibilitar, no longo prazo, um aumento de cerca de 1% na produtividade de todos os fatores de produção, o que se reflete no produto. Assim, defende o investimento em infraestrutura como determinante da produtividade privada.

Bertussi (2012) aponta que o investimento em infraestrutura afeta positivamente o retorno do capital privado instalado, elevando produtividade e criando possibilidades para investimentos ao reduzir custos de instalação, operação e distribuição. Ao analisar o caso brasileiro, o trabalho também aponta que o efeito no crescimento dos investimentos em infraestrutura tendem a ser potencializados em regiões menos desenvolvidas.

Portanto, investimentos em infraestrutura, das mais variadas modalidades – como transportes, energia elétrica, tecnologias da informação e até em fontes ainda mais básicas como no saneamento básico e zoneamento urbano – possibilitam que pessoas e empresas reduzam desperdícios de tempo e outros recursos e, ainda, criam benesses no bem-estar social. Fato é que o investimento em infraestrutura, seja ele de caráter público ou privado, pode elevar significativamente a produtividade dos fatores e pessoas em uma economia.

No Brasil, a utilização de investimento público para direcionar o privado é antiga. Com o fim da República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o diagnóstico foi de necessidade de o Estado atuar mais diretamente na economia. Assim, investimentos em infraestrutura foram buscados a todo modo: i) investimento estrangeiro direto para a criação da primeira siderúrgica nacional; ii) empréstimos de bancos ingleses e americanos para financiar obras pesadas de infraestrutura; e iii) uso de recursos internos para a criação de estatais, como a Petrobrás, para aumentar as fontes de recursos do país. Mais adiante, já no governo de Juscelino Kubitschek, houve direcionamento de recursos para fábricas de bens duráveis e de capital e investimentos em educação e infraestrutura urbana com a criação da nova capital e o projeto de ligar todo o país a ela.

No governo militar, ocorreu o auge da estratégia, com grandes taxas de crescimento econômico impulsionadas por investimentos públicos no período que ficou conhecido como “milagre econômico”, mas também o esgotamento da estratégia com a crise que se instaurara principalmente depois do segundo choque internacional do petróleo em 1979 (PAIVA, 2014). Após o período, o investimento em infraestrutura foi baixo relativamente a outros países, principalmente pelo setor público não conseguir se manter como indutor do investimento

privado. Ferreira (1996) mostra que a redução de investimentos públicos em infraestrutura de 1970 a 1993 – em especial em energia, transporte e comunicação – foi acompanhada por taxas declinantes de produtividade e de crescimento econômico.

Isto se agravou na década de 1990 em um contexto de crise econômica e, em função desta, de regime de metas inflacionárias e ajuste fiscal, a partir do Plano Real (1995), para alcançar *superávit* nas contas públicas, o reduziu os investimentos em infraestrutura. O Brasil só voltou a ter propostas de grandes investimentos públicos em infraestrutura em momentos específicos a partir de meados dos anos 2000. Primeiro, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que consistia em investimentos em infraestrutura com estimativas próximas a R\$ 503,9 bilhões de 2007 a 2010 – principalmente em habitação, saneamento básico e transporte (PAC, 2007). Para Bertussi (2012), embora não tenha atingido todas as metas almejadas, os resultados do PAC foram positivos. No entanto, a crise política e econômica de meados dos anos 2010 impossibilitaram sua continuidade.

Outro momento favorável aos investimentos em infraestrutura, mesmo sem atingir as metas iniciais, foi o de preparação para os megaeventos esportivos sediados no país (Olimpíadas e Copa do Mundo de Futebol). Os megaeventos são discutidos a seguir, com evidências de efeitos em outros países e caracterizando os que ocorreram no Brasil.

2.2 Impactos socioeconômicos de megaeventos esportivos

Segundo a literatura, os efeitos socioeconômicos de um megaevento esportivo, bem como seu legado, são distintos entre os países em estágios diferentes de desenvolvimento socioeconômico e economias em escala. O montante de capital já é um fator que distingue as experiências. Países em desenvolvimentos requerem investimentos muito maiores para se prepararem para um evento de tamanha magnitude e, assim, têm maiores riscos e custos de oportunidade, mesmo com custos do trabalho, operacionais e infraestruturais menores.

Por outro lado, em economias desenvolvidas, o investimento pode ser menor por já existirem infraestruturas e, assim, conseguirem se adequar de maneira mais rápida aos moldes necessários do evento. Consequentemente, os retornos à sociedade são inferiores ao de um país que “começaria do zero” (PRONI, 2012). Ademais, segundo Raeder (2008), a alocação dos investimentos em bens materiais e imateriais define a dimensão e a efetividade dos impactos.

Assim, é possível analisar os impactos que sediar um megaevento esportivo pode proporcionar a uma sociedade, que podem ser positivos ou negativos, afetando as cidades sedes

e todo o país, tanto nos aspectos econômico-financeiros como nos psicossociais (TAVARES, 2010). Para Preuss (2008), os principais efeitos dos megaeventos esportivos podem ser divididos em três categorias. A primeira diz respeito à imagem da cidade sede (*ex ante*). A segunda refere-se às atividades econômicas durante a sua realização, que elevam a demanda local em razão do turismo e outros aspectos. A terceira é a analisada nesse estudo, correspondendo ao legado deixado pelos megaeventos, a infraestrutura e a atividade econômica de longo prazo (*ex post*). Ressalta-se que o último fator não pode ser visto apenas como uma “herança”, mas sim algo que permanece como patrimônio, um fator ativo de geração de mudança das circunstâncias locais, seja ela social ou econômica.

Cashman (2002) enumera os possíveis impactos sociais de megaeventos esportivos, dentre os quais, as já apontadas geração de empregos e visibilidade para a cidade sede, ao mesmo tempo que destaca prováveis efeitos negativos, como a desapropriação de famílias de suas residências – como ocorreu na construção do novo estádio Arena da Baixada, no Paraná, Brasil, que desabrigou algumas famílias que ainda estão à espera da indenização.

Essex e Chalkley (2003) reiteram a possibilidade de criação de custos extras para a sociedade em detrimento do financiamento de uma infraestrutura esportiva, deterioração de comunidades existentes e aumento dos aluguéis devido ao “enobrecimento urbano”. Outros exemplos de desapropriações ocorreram nas Olimpíadas de Pequim (2008), na qual mais de 1 milhão e meio de pessoas foram despejadas, e na Copa do Mundo de 2010 na África do Sul, para a qual mais de 20 mil pessoas foram retiradas das suas residências sob a alegação de que o governo iria reurbanizar a “favela” que eles moravam.

Outro possível efeito adverso a se destacar é o ambiental. As construções que são necessárias para a realização das práticas esportivas, assim como as modificações na infraestrutura de mobilidade urbana, podem resultar em impactos ambientais negativos, como mudanças de habitats de espécies e esgotamento de recursos (TAVARES, 2009).

Além disso, os recursos públicos destinados à construção de obras podem não ser aproveitados por toda a população, ainda mais se forem resultado de economias em outros tipos de gastos. A exploração sexual pelo aumento da prostituição durante a realização dos eventos, o tráfego de pessoas e a exploração de crianças são também alguns fatores negativos que, se não prevenidos e controlados, são potenciais consequências negativas dos megaeventos esportivos (ESSEX; CHALKLEY, 2003; TAVARES, 2009).

2.3 Megaeventos esportivos no Brasil

2.3.1 A Copa do Mundo de Futebol

No dia 30 de outubro de 2007, o Brasil foi confirmado pela FIFA como país sede da Copa do Mundo Masculina de Futebol de 2014. Dois anos mais tarde, em 31 de maio de 2009, nas Bahamas, foram determinadas as doze cidades que contemplariam o evento, sendo elas: i) na região Sudeste, Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG); ii) na região Sul, Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR); iii) na região Centro-Oeste, Brasília (DF) e Cuiabá (MT); iv) na região Nordeste, Fortaleza (CE), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA); e v) na região Norte, Manaus (AM). Tais cidades, além de serem as capitais de seus respectivos estados – representados pelas siglas entre parênteses após cada cidade –, receberam enormes incentivos para a construção ou melhorias de estádios de futebol para a realização do evento, que ocorreu no período de 12 de junho a 13 de julho de 2014 com um investimento estimado inicialmente de 26 bilhões de reais.

Destarte, a realização da Copa do Mundo afetou outras cidades além das sedes, ao redor ou até distantes, por meio de impactos via hotéis, aeroportos, restaurantes e comércio e serviços em geral, setores que possibilitaram e facilitaram a realização do megaevento esportivo. Nesse sentido, deve-se destacar as cidades que hospedaram as seleções que participar da Copa, denominadas como subsedes do evento (ou cidades de hospedagem). Estas estão listadas no Quadro 1.

Com relação aos investimentos, a Copa do Mundo de Futebol Masculino demandou elevados investimentos em infraestruturas. Segundo o Ministério do Esporte (2012), o valor a ser investido no planejamento inicial na construção ou reforma dos estádios das somavam um montante de R\$ 6.778 bilhões, sendo distribuídos pelas cidades sedes de acordo com a Tabela 1. Porém, esse plano foi revisto e o total investido foi de R\$ 8.400 bilhões. Ou seja, uma diferença entre os investimentos realizados e previstos de R\$1.622, o que representa um crescimento de aproximadamente 24% do planejamento inicial.

Além dos estádios, eram necessários investimentos em obras de infraestrutura. A Figura 1 apresenta os investimentos estimados nas cidades segundo categorias. A maior parcela foi com a estrutura necessária para a mídia, seguida por estádios, parque hoteleiro, reurbanização, segurança, rodovias, aeroportos, tecnologia de informação e energia.

Quadro 1 – Copa do Mundo do Brasil: cidades subsele, segundo as regiões geográficas e os estados

Regiões	Estados	Cidades	Seleções Hospedadas
Sudeste	São Paulo	Sorocaba	Argélia
		Mogi das Cruzes	Bélgica
		Guarujá	Bósnia e Herzegovina
		Águas de Lindóia	Costa do Marfim
		Cotia	Colômbia
		Santos	Costa Rica
		Santos	México
		São Paulo	Estados Unidos
		Porto Feliz	Honduras
		Guarulhos	Irã
		Itu	Japão
		Campinas	Portugal
		Itu	Rússia
		Campinas	Nigéria
		Ribeirão Preto	França
Sudeste	Minas Gerais	Vespasiano	Argentina
		Belo Horizonte	Chile
		Sete Lagoas	Uruguai
Sudeste	Espírito Santo	Vitória	Austrália
Sudeste		Vitória	Camarões
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Inglaterra
Sudeste		Rio de Janeiro	Holanda
Sudeste		Teresópolis	Brasil
Sudeste		Mangaratiba	Itália
Sul	Paraná	Foz do Iguaçu	Coreia do Sul
	Rio Grande do Sul	Curitiba	Espanha
		Viamão	Equador
Nordeste	Bahia	Mata de São João	Croácia
		Porto Seguro	Suíça
	Alagoas	Maceió	Gana
	Sergipe	Aracaju	Grécia

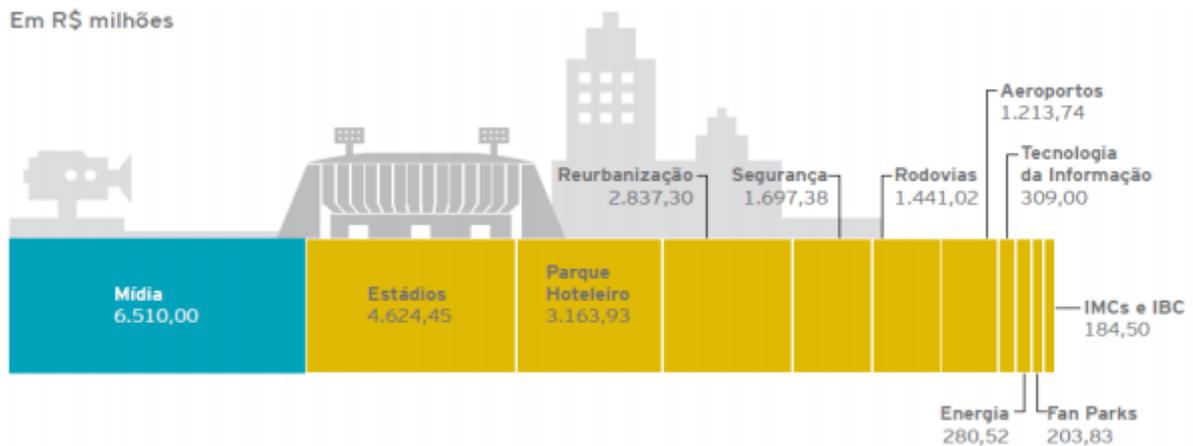
Fonte: Ministério do Esporte (2012). Elaboração própria.

Tabela 1 – Investimentos em estádios (R\$ milhões): previstos e realizados

Cidades	Estados	Estádios	Previstos	Realizados	Diferença
Rio de Janeiro	RJ	Maracanã	R\$ 808,40	R\$ 1.050,00	R\$ 241,60
Brasília	DF	Estádio Nacional	R\$ 812,00	R\$ 1.403,30	R\$ 591,30
São Paulo	SP	Arena Corinthians	R\$ 820,00	R\$ 1.080,00	R\$ 260,00
Fortaleza	CE	Estádio Castelão	R\$ 518,60	R\$ 518,60	---
Belo Horizonte	MG	Estádio Mineirão	R\$ 695,00	R\$ 695,00	---
Porto Alegre	RS	Estádio Beira-Rio	R\$ 330,00	R\$ 366,30	R\$ 36,30
Salvador	BA	Arena Fonte Nova	R\$ 591,70	R\$ 689,40	R\$ 97,70
Recife	PE	Arena Pernambuco	R\$ 500,20	R\$ 532,60	R\$ 32,40
Cuiabá	MT	Arena Pantanal	R\$ 518,90	R\$ 596,40	R\$ 77,50
Manaus	AM	Arena Amazônia	R\$ 532,20	R\$ 660,50	R\$ 128,30
Natal	RN	Estádio das Dunas	R\$ 417,00	R\$ 417,00	---
Curitiba	PR	Arena da Baixada	R\$ 234,00	R\$ 391,50	R\$ 157,50
Total			R\$ 6.778,00	R\$ 8.400,60	R\$ 1.622,60

Fonte: Ministério do Esporte (2012). Elaboração própria.

Figura 1 – Investimentos nas cidades para a Copa do Mundo (R\$ milhões), segundo categorias



Fonte: Extraído de Relatório Ernest e Young.

A mobilidade urbana foi um dos focos. Para o comitê organizador, este seria um dos principais legados do evento para o país, com externalidades positivas para toda a população brasileira. Porém, o que é possível evidenciar hoje é que algumas obras não terminaram e ainda produzem um efeito negativo para a população por muitas vezes limitarem a utilização de aeroportos, vias públicas e diversos outros meios de locomoção.

O trabalho de Shalders (2018) exemplifica bem a questão das obras inacabadas. O aeroporto de Confins, da capital de Minas Gerais (Belo Horizonte), que seria ampliado a fim de receber um número maior de voos durante e após o megaevento, não foi concluído, permanecendo parte do aeroporto não totalmente ampliado para receber os 5,3 milhões de passageiros previstos. Ademais, também em Belo Horizonte, não foi possível concluir a obra da BRT, corredor de ônibus que ligaria diretamente o estádio do Mineirão ao aeroporto. O saldo foi aproximadamente quatorze quilômetros de obras inacabadas.

Em Brasília, foram quatro obras que estavam no projeto e não iniciaram suas obras: i) a urbanização do estádio Mané Garrincha; ii) um jardim projetado pelo paisagista Burle Marx; iii) a reforma do calçamento do setor hoteleiro; e iv) um trem de superfície que, assim como Belo Horizonte, tinha o objetivo a ligação entre o estádio e ao aeroporto, mas também de ligar estes dois pontos ao centro da cidade.

Em Cuiabá, nove obras não foram concluídas. O maior destaque negativo é o VLT (sistema de veículo leve sobre trilhos) na região Metropolitana de Cuiabá, que não foi concluído a tempo para a Copa e ainda está sendo implantado, operando com menos de 50% da capacidade

prevista. Trata-se de uma das obras de infraestrutura mais caras para o megaevento – inicialmente era um projeto de R\$ 700 milhões, mas já foram gastos mais de R\$ 2 bilhões (MACHADO, 2018). As outras obras não conclusivas foram: a) reformas dos centros de treinamento de Cuiabá (COT); b) reforma do aeroporto Marechal Rondon; c) uma via elevada; e d) a ampliação de três avenidas.

Em Curitiba, as obras de infraestrutura que não foram acabadas são de mobilidade urbana: i) ampliações de vias, sob a responsabilidade do governo do Estado; e ii) reforma de um terminal de ônibus, a cargo do governo municipal. No Norte, em Manaus, duas obras também constavam no projeto apresentado ao comitê organizador e não iniciaram: um corredor de ônibus (BRT) que ligaria o estádio Arena da Amazônia até o centro da cidade e dois centros de Atendimento aos Turistas (CATs). Já em Recife, Porto Alegre e Salvador houve obras inacabadas de mobilidade urbana; em todas elas, vias e corredores inacabados, além de obras de ampliações e manutenções de vias ainda não concluídas.

O balanço do governo era, inicialmente, aplicar R\$ 28 bilhões em obras públicas em melhorias no país para receber o evento e desenvolver as cidades posteriormente. O teto era de R\$ 33 bilhões e de fato não chegou a ser alcançado, mesmo havendo custos extras aos R\$ 28 bilhões inicialmente previstos. Destaca-se que cinquenta e um pontos de obras, principalmente de infraestrutura urbana, foram ativados para serem entregues até o início do evento. Como já comentado, muitas ainda não foram concluídos. A Tabela 2 mostra o montante de recursos destinados inicialmente para cada uma das cidades sedes. Parte do total previsto era destinado a outros locais (cidades hospedagem, por exemplo). Na tabela também é sinalizada a importância do montante destinado às cidades sedes, que oscilava em torno de 1% a 11% do Produto Interno Bruto (PIB) destes municípios.

Tabela 2 – Investimentos iniciais previstos em das obras da Copa do Mundo nas cidades sede

Cidades-Sede	R\$ bilhões	% no Total Previsto	% no PIB municipal
Manaus (AM)	1,84	6,57	5,34
Fortaleza (CE)	1,03	3,68	4,22
Natal (RN)	0,7	2,50	8,66
Recife (PE)	1,17	4,18	5,64
Salvador (BA)	1,13	4,04	4,23
Belo Horizonte (MG)	1,43	5,11	3,75
Rio de Janeiro (RJ)	1,91	6,82	1,37
São Paulo (SP)	3,1	11,07	0,97
Curitiba (PR)	0,6	2,14	1,60
Porto Alegre (RS)	0,5	1,79	1,49
Cuiabá (MT)	0,89	3,18	11,32
Brasília (DF)	1,1	3,93	1,10
Total	15,40	55,00	---

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério do Esporte. Elaboração própria.

2.3.2 Os Jogos Olímpicos

As Olimpíadas ocorrerem no período entre 5 e 21 de agosto de 2016. O megaevento foi confirmado em 2007 pelo Comitê Olímpico Internacional e, dentre as motivações para tal aprovação, o projeto brasileiro de melhorias de infraestrutura, de investimentos e de construção do Parque Olímpico. Além disso, o legado deixado pelo outro megaevento realizado na cidade em anos anteriores, os Jogos Pan-Americanos de 2007, deixou marcas de como deveria funcionar a cidade em um evento dessa magnitude. Detalhe importante que os Jogos Olímpicos de 2016 foi o primeiro com sede em um país da América do Sul.

Assim como a Copa do Mundo, as Olimpíadas mobilizaram um enorme montante de capital para a sua realização. Segundo estudos da Autoridade Pública Olímpica (APO), o megaevento necessitaria de um investimento inicial de R\$ 28,8 bilhões em seu primeiro projeto apresentado ao COI. Ao final do evento, a estimativa é de que foram despendidos aproximadamente R\$ 40 bilhões para a realização do megaevento.

A escolha da cidade do Rio de Janeiro se deu sem dúvidas pelo fato de ser o maior cartão postal do Brasil no exterior e, após sua escolha muitos problemas de uma cidade daquele porte tiveram que ser sanados e alguns deles começam antes da copa do mundo. Por exemplo, o caso das pacificações polêmicas dentro das comunidades para tentar fazer com que a criminalidade se atenuasse para bem receber os visitantes que em breve viriam.

Nesse sentido, vale destacar que a região metropolitana do Rio de Janeiro sempre presenciou dificuldades em relação ao deslocamento urbano, sendo considerado uma crise constante (CASTRO, 2015). Assim, para a realização dos megaeventos na cidade, vencer as debilidades na mobilidade urbana se tornou um grande desafio para que os eventos fossem realizados de forma eficiente. Essa crise, aparentemente, não é resultado de modificações recentes. Abreu (1980) menciona as dificuldades:

a oportunidade de superar o desafio de planejar e financiar infraestruturas na escala metropolitana pode estar sendo desperdiçada em razão da concentração territorial das intervenções e da insistência no modelo rodoviário, reproduzindo práticas políticas concentradoras e antidistributivas, que tendem a acentuar as disparidades intrametropolitanas (p. 89).

Para minimizar esses problemas, algumas obras foram realizadas para facilitar a fluência das pessoas. Os transtornos temporários seriam benéficos, pois o legado ficaria para a população ao final do evento. No Quadro 2, pode-se ver o resumo dessas obras. Além disso, as obras de infraestruturas esportivas também receberam um grande montante de investimentos. No Quadro 3, é possível perceber algum dos valores despendidos nessas construções:

Quadro 2 – Obras de mobilidade urbana no Rio de Janeiro para as Olimpíadas

Modal	Obra	Valor Investido	Situação
Ferroviário	Veículos Leves sobre Trilhos (VLT)	R\$ 1,18 bilhão	Concluída
Rodoviário	Ampliação do Elevado do Joá	R\$ 457,9 milhões	Concluída
Ferroviário	BRT Transolímpica e Transoeste	R\$ 2,2 bilhões	Parcialmente concluída para o Evento
Hidroviário	Porto Maravilha	R\$ 8,2 bilhões	Concluída
Ferroviário	Linha 4 do Metrô Rio	R\$ 8,79 bilhões	Concluída

Fonte: GI Globo 2012. Elaboração Própria

Quadro 3 – Obras esportivas no Rio de Janeiro para as Olimpíadas

Tipo	Obra	Valor Investido	Situação
Contenção de Enchentes	Canalizador de Águas	R\$ 459,7 milhões	Concluída
Estádio	Urbanização do Engenhão	R\$ 52 milhões	Concluída
Estádio	Arena do Futuro	R\$ 146,8 milhões	Concluída
Estádio	Estádio Aquático	R\$ 225,3 milhões	Concluída
Complexo	Complexo Esportivo Deodoro	R\$ 825,4 milhões	Concluída
Fiscalização	Laboratório de Dopagem	R\$ 188,36 milhões	Concluída
Transmissão	Centro Internacional de Transmissão (IBC)	R\$ 1,67 milhão	Concluída
Campo	Campo de Golfe	R\$ 60 milhões	Concluída

Fonte: GI Globo 2012. Elaboração Própria

Em 2017, passado o evento, um novo balanço foi realizado e divulgado pela equipe do Globo Esporte. O custo do evento tinha ultrapassado os R\$ 41 bilhões, acima da previsão de R\$ 39 bilhões inicial. Isso significa dizer que os jogos do Rio de Janeiro foram “mais baratos” que os de Pequim (R\$ 50 bilhões) e quase o mesmo valor que as Olimpíadas de Inverno de Sochi, na Rússia (R\$ 45 bilhões).

Por último, vale apontar que a problemática das Olimpíadas não é recente. Vários países com condições e chance de receber o evento escolhem não concorrer, pois somente a Olimpíadas de Atlanta nos Estados Unidos, em 1996, rendeu lucros ao país. Por mais que tenham casos de legados de sucesso e de parques esportivos bem aproveitados, que produziram grandes atletas aos países, como é o caso dos jogos de Barcelona em 1992. Os jogos do Rio não mostram tamanha benesse, isso porque, antes mesmo do evento encerrar, já existia uma discussão ferrenha sobre como seria dividida a responsabilidade de manutenção dos espaços e quantos teriam condições de ser privatizados. Ademais, é de conhecimento comum que a evasão de responsabilidades normalmente relega os bens públicos ao abandono (SIQUEIRA, 2016).

3 PROCEDIMENTOS EMPÍRICOS E DADOS

Considerando a revisão da literatura realizada anteriormente, é interessante analisar se os megaeventos esportivos no Brasil tiveram efeitos econômicos positivos – um “legado”, uma consequência na camada urbana das ações promovidas para a implantação de um megaevento (HORNE; MANZEREITER, 2006; RAEDER, 2008). Para isso, a presente monografia utiliza estratégia empírica baseada na técnica de diferenças em diferenças, que consiste na comparação de diferenças das mudanças no tempo (antes e após o tratamento) da variável de interesse entre os indivíduos dos grupos de tratamento e controle. Aqui, as unidades de análises (“indivíduos”) serão as cidades brasileiras e o tratamento é ter sido sede ou subsede de um megaevento esportivo. Assim, o grupo de tratamento (tratados) é composto justamente pelas cidades sedes ou subsedes e o grupo de controle (não tratados) pelas demais cidades (não sedes),

As variáveis dependentes são os investimentos públicos e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 2005 a 2019; assim, como são utilizados dados anuais, há informações para um período anterior à Copa do Mundo (2014) e à Olimpíadas (2016) e para período posterior, o que é necessário em análises por diferenças em diferenças (ANGRIST; PISCHKE, 2009). A equação (1) na sequência representa os cálculos aqui realizados por diferenças em diferenças.

$$DD = (Y_{T1} - Y_{C1}) - (Y_{T0} - Y_{C0}) \quad (1)$$

sendo:

- DD : o efeito médio do tratamento nos tratados – ou seja, efeito médio dos megaeventos esportivos nas cidades que os sediaram (ou que foram subsede);
- Y_{T1} : a média da variável dependente nas cidades tratadas após o tratamento;
- Y_{C1} : a média da variável dependente nas cidades não tratadas após o tratamento;
- Y_{T0} : a média da variável dependente nas cidades tratadas antes do tratamento;
- Y_{C0} : a média da variável dependente nas cidades não tratadas antes do tratamento.

Os dados de municipais sobre os investimentos públicos são oriundos do Ministério da Economia, no banco Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI). Neste banco, por meio do *site* próprio, é possível acessar as informações detalhadas de todos os municípios brasileiros referentes a receitas e despesas. As informações sobre PIB e população municipais são disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados monetários são deflacionados para valores de 2005 (primeiro ano das análises

como base) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), também oriundo do IBGE. A Tabela 3 apresenta os deflatores anuais empregados.

Tabela 3 – Deflator com ano base em 2005.

Ano	Deflator	Inflação Anual
2005 (base)	1,00	5,69%
2006	0,97	3,14%
2007	0,92	4,46%
2008	0,87	5,90%
2009	0,82	4,31%
2010	0,76	5,91%
2011	0,70	6,50%
2012	0,64	5,84%
2013	0,58	5,91%
2014	0,52	6,41%
2015	0,41	10,67%
2016	0,35	6,29%
2017	0,32	2,95%
2018	0,28	3,75%
2019	0,24	4,31%

Fonte: Banco Central do Brasil.

Cabe destacar, ainda, que as análises por diferenças em diferenças são feitas segmentadas pelas cinco macrorregiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), sendo as cidades que compõem cada um dos grupos de tratamento regionais listadas no Quadro 4. Para cada um deles, o respectivo grupo de controle é formado pelo restante das cidades da região. Além disso, o período analisado total é dividido em quatro intervalos: i) 2005 a 2010 (antes dos megaeventos, sendo 2010 o primeiro ano com todas as cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol definidas); ii) 2010 a 2012 (antes dos megaeventos, sem a definição completa das cidades subsedes); iii) 2012 a 2014 (antes dos megaeventos e com todas as cidades subsedes definidas); e iv) 2014 a 2019 (durante e após os megaeventos esportivos brasileiros – período coincidente ao da grave crise econômica do país, conforme foi apontado na Introdução).

Por último, vale ressaltar que é possível observar discrepância de cifras de investimentos entre as cidades sedes e subsedes e as demais em função de diferenças entre seus portes. Por exemplo, todas as cidades sedes são capitais de estados e, por consequência, cidades de grande porte, ao passo que as subsedes têm, no geral, médio e grande porte. As demais agregam cidades de todos os portes e, nas quais, é natural que os investimentos sejam menores e evoluam menos do que naquelas envolvidas nos megaeventos. Assim, também são aqui analisadas as diferenças (efeitos) em termos percentuais, o que sinalizará de forma relativa os impactos estudados.

Quadro 4 – Cidades analisada, segundo as regiões

Sudeste		Sul		Centro-Oeste	Nordeste		Norte
Sedes	Subsedes	Sedes	Subsedes	Sedes	Sedes	Subsedes	Sedes
- São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte	- Porto Feliz - Mangaratiba - Guarulhos - Sorocaba - Vespasiano - Mogi das Cruzes - Guarujá - Teresópolis - Águas do Lindóia - Cotia - Santos - Ribeirão Preto - Itu - Campinas - Sete Lagoas - Vitória	- Porto Alegre - Curitiba	- Foz do Iguaçu - Viamão	- Cuiabá - Brasília	- Fortaleza - Salvador - Recife - Natal	- Aracajú - Mata de São João - Porto Seguro - Maceió	- Manaus

4 EVIDÊNCIAS E ANÁLISES

As cidades que compõem o banco de dados são as sedes e as subsedes de megaeventos esportivos no Brasil (“tratadas”), ou seja, aquelas que receberam os jogos e ou delegações e que, por isso, também necessitaram de investimentos, mesmo que em menor grau (Quadro 4). Estas são avaliadas no agregado e de acordo com suas macrorregiões geográficas, conforme o Quadro 5, sendo comparadas às respectivas médias das demais cidades do recorte geográfico (“não tratadas”). A seguir, as análises são feitas para os investimentos e depois PIBs *per capita*.

Quadro 5 – Distribuição das cidades sedes e subsedes, segundo estados e regiões

Regiões	Unidades Federativas	Cidades Sedes	Subsedes
Norte	Amazonas	Manaus	---
Nordeste	Ceará	Fortaleza	---
	Bahia	Salvador	Mata de São João; Porto Seguro
	Pernambuco	Recife	---
	Rio Grande do Norte	Natal	---
	Alagoas	---	Maceió
	Sergipe	---	Aracaju
Centro-Oeste	Distrito Federal	Brasília	---
	Mato Grosso	Cuiabá	---
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Teresópolis; Mangaratiba Sorocaba; Mogi das Cruzes; Guarujá; Santos; Ribeirão Preto; Itu; Campinas; Águas de Lindóia; Cotia; Porto Feliz; Guarulhos
	São Paulo	São Paulo	
	Espírito Santo	Vitória	---
	Minas Gerais	Belo Horizonte	Vespasiano; Sete Lagoas
Sul	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Viamão
	Paraná	Curitiba	Foz do Iguaçu

Fonte: FIFA. Elaboração própria.

Antes de iniciar as análises, vale ressaltar que os primeiros dados utilizados (seção 4.1) são os valores dos investimentos nas cidades sedes e subsedes dos megaeventos esportivos no Brasil (“tratadas”) e nas demais cidades (“não tratadas”). Nas descrições da discriminação das despesas municipais seguindo a classificação por categorias, os investimentos representam os gastos efetivados em infraestrutura e demais obras de melhoria urbana. Já de acordo com o referencial teórico e empírico revisado no segundo capítulo, esta categoria de gasto pode gerar um efeito multiplicador, elevando a produtividade da cidade e os níveis de renda do município. O que pode resultar em aumento do PIB *per capita* municipal, o que é avaliado mais adiante (seção 4.2), também comparando as cidades sedes e subsedes ao total das demais cidades.

4.1 Investimentos

Inicialmente, a Tabela 4 apresenta as diferenças de investimentos (em R\$ milhares de 2019) nos intervalos considerados, estratégicos para avaliações pré e pós megaeventos: i) 2005 a 2010 (antes dos megaeventos, sendo 2010 o primeiro ano com todas as cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol definidas); ii) 2010 a 2012 (antes dos megaeventos, sem a definição completa das cidades subsedes); iii) 2012 a 2014 (antes dos megaeventos e todas as subsedes definidas); e iv) 2014 a 2019 (durante e após os megaeventos). Tais diferenças correspondem às subtrações entre os respectivos valores do último e primeiro anos do período em discussão. Os investimentos nestes anos chave estão na Tabela A.1 do Apêndice (R\$ milhares de 2005).

Assim como esperado, dada a necessidade de obras para que ocorram, a Tabela 4 sinaliza um crescimento quase generalizado dos investimentos nas cidades sede e subsede (diferenças positivas entre os anos extremos) nos períodos pré megaeventos esportivos, principalmente no mais próximo ao início da Copa do Mundo de Futebol – o que é verificado pela comparação entre os três períodos anteriores. Destacam-se os montantes de investimentos bem superiores nas cidades sedes, o que também era plausível de se esperar, dado que estas demandavam mais obras em geral e, em especial, de estádios para os jogos. Tal fato é observado na última coluna da tabela, que reporta os investimentos agregados em cada cidade nos três períodos anteriores.

Ainda na Tabela 4, considerando as diferenças de investimentos no período posterior à Copa do Mundo de Futebol no Brasil e às Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014 a 2019), nota-se que os investimentos caem de forma generalizada nas cidades analisadas (diferenças negativas entre os respectivos investimentos em 2019 e 2014). Estas evidências sinalizam como sediar um megaevento esportivo realmente impulsionou os investimentos nas cidades brasileiras.

Expandindo as análises, a Tabela 5 apresenta os efeitos médios do tratamento nos tratados em cada um dos períodos analisados. Ou seja, como discutido no capítulo anterior, os efeitos médios, em termos de investimentos, dos megaeventos esportivos nas cidades que os sediaram (ou que foram subsede), calculado pela diferença entre as diferenças de evoluções das cidades sedes e subsedes e as demais cidades do recorte geográfico em pauta (Brasil e grandes regiões).

Observa-se que no primeiro período considerado (2005 a 2010), pré-megaeventos, sendo 2010 o primeiro ano com as cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol definidas, em todas as regiões e no Brasil como um todo, os investimentos médios cresceram mais nas cidades que envolvidas nos eventos (“tratadas”) do que na média das demais cidades do respectivo recorte. Ou seja, os efeitos médios do tratamentos (megaeventos) foram positivos. No segundo período

anterior (2010 a 2012), em que não havia a definição completa das subse-des, efeitos médios positivos também são sinalizados, excetuando-se na região Norte. No terceiro período anterior (2012 a 2014), com todas as sedes e subse-des definidas, a exceção ao efeito médio positivo foi a região Centro-Oeste. Durante e após os megaeventos (2014 a 2019), que é coincidente a um período de crise econômica no país, os investimentos reduziram mais nas cidades relacionadas aos eventos, exceto no Centro-Oeste, em que estas tiveram pequeno aumento de investimentos. Portanto, provavelmente a crise econômica potencializou a queda natural dos investimentos.

Tabela 4 – Cidades sedes e subse-des dos megaeventos esportivos brasileiros: diferenças nos investimentos médios nos períodos de análise (R\$ milhares de 2005), segundo as regiões brasileiras (2005 a 2019)

Regiões	Sedes/ Subse-des	Cidades	Diferenças de Investimentos por Períodos (R\$)				
			2005-2010	2010-2012	2012-2014	2014-2019	2005-2014
Sudeste	Sedes	Belo Horizonte	73.846	283.701	1.082.386	-1.502.884	1.439.933
		São Paulo	911.062	363.747	4.345.669	-5.377.817	5.620.478
		Rio de Janeiro	256.828	737.812	3.835.975	-5.195.747	4.830.614
	Subse-des	Águas do Lindóia	670	147	7.683	-8.755	8.500
		Campinas	1.674	-21.044	125.580	-86.568	106.211
		Cotia	3.719	22.921	1.854	-20.139	28.493
		Guarujá	-4.736	16.631	67.972	-80.500	79.597
		Guarulhos	53.353	-62.285	259.798	-270.816	250.866
		Itú	18.198	11.472	107.224	-13265	136.894
		Mangaratiba	7.890	-6.751	3.215	-2.159	4.353
		Mogi das Cruzes	6.246	25.237	167.264	-208.842	198.747
		Porto Feliz	3.433	-1.259	4.869	---	7.043
		Ribeirão Preto	709	-3.096	18.556	-31.525	16.169
		Santos	610	12.481	218.723	-207.704	231.814
		Sete Lagoas	12.557	25.943	146.683	-183.218	185.182
		Sorocaba	53.179	-68.156	110.023	-81.894	95.046
Teresópolis	-7.983	2.609	8.406	12.910	3.032		
Vespasiano	-5.305	-2.127	1.816	1.121	-5.617		
Vitória	91.873	18.125	39.435	-164.372	149.433		
Sul	Sedes	Porto Alegre	80.606	53.695	253.262	-444.095	387.562
		Curitiba	-13.379	116.361	132.545	-330.676	235.527
	Subsede	Foz do Iguaçú	-21.255	1.398	72.053	-64.035	52.196
		Viamão	-5.440	3.097	33.523	-38.786	31.180
Centro-Oeste	Sedes	Cuiabá	22	59,87	37,9	69,28	15,83
		Brasília	20.338	96.337	-45.758	---	70.917
Nordeste	Sedes	Fortaleza	150.035	15.765	545.500	-590.957	711.301
		Salvador	21.388	4.476	475.394	-412.948	501.259
		Recife	45.559	87.682	440.766	-534.528	574.007
		Natal	-3.523	-7.857	455.869	-453.593	557.146
	Subsede	Aracajú	-14.873	29.997	13.097	-51.601	28.221
		Mata de São João	2.232	6.897	10.653	-17.928	19.782
		Porto Seguro	1.263	2.898	18.088	-20.534	22.249
		Maceió	29.167	-27.902	40.780	-60.568	42.046
Norte	Sede	Manaus	148.996	-91.753	499.903	-453.593	557.146

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração Própria.

Tabela 5 – Cidades sedes e subsedes e demais: diferenças nos investimentos médios (efeitos do tratamento) nos períodos de análise (R\$ milhares de 2005), segundo as regiões (2005 a 2019)

Regiões	Cidades	Diferenças de Investimentos por Períodos (R\$)			
		2005-2010	2010-2012	2012-2014	2014-2019
Sudeste	Sedes e Subsedes (a) – R\$	77.780	71.374	555.428	-745.676
	Demais Cidades (b) – R\$	2.511	158	-1.517	-2.234
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	75.269	71.217	556.945	-743.443
Sul	Sedes e Subsedes (a) – R\$	10.133	43.638	122.846	-219.398
	Demais Cidades (b) – R\$	1.683	669	-1.045	-1.128
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	8.450	42.969	123.890	-218.270
Centro-Oeste	Sedes e Subsedes (a) – R\$	10.180	48.198	-22.860	69
	Demais Cidades (b) – R\$	2.067	635	-1.134	-1.712
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	8.114	47.564	-21.726	1.781
Nordeste	Sedes e Subsedes (a) – R\$	28.906	13.995	250.018	-267.832
	Demais Cidades (b) – R\$	1.083	234	-306	-1.233
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	27.823	13.760	250.325	-266.599
Norte	Sedes e Subsedes (a) – R\$	148.996	-91.753	499.903	-453.593
	Demais Cidades (b) – R\$	1.731	524	-571	-1.799
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	147.265	-92.277	500.474	-451.794
Brasil	Sedes e Subsedes (a) – R\$	56.440	48.449	397.025	-527.998
	Demais Cidades (b) – R\$	1.779	331	-942	-1.533
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	54.661	48.118	397.966	-526.465

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração Própria.

Tabela 6 – Cidades sedes e subsedes e demais: diferenças nos investimentos médios – efeitos médios do tratamento em percentuais (%) – nos períodos de análise, segundo as regiões (2005 a 2019)

Regiões	Cidades	Diferenças de Investimentos por Períodos (%)			
		2005-2010	2010-2012	2012-2014	2014-2019
Sudeste	Sedes e Subsedes (a) – %	81,45	41,19	227	-93,20
	Demais Cidades (b) – %	82,27	2,83	-27	-53,14
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	-0,82	38,36	253,56	-40,06
Sul	Sedes e Subsedes (a) – %	16,52	61,04	482	-92,20
	Demais Cidades (b) – %	112,46	21,04	-27	-40,22
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	-95,95	40,01	509,61	-51,97
Centro-Oeste	Sedes e Subsedes (a) – %	1,56	7,15	-3	0,01
	Demais Cidades (b) – %	103,99	15,65	-24	-48,16
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	-102,43	-8,51	21,22	48,17
Nordeste	Sedes e Subsedes (a) – %	73,46	20,50	304	-80,61
	Demais Cidades (b) – %	84,39	9,89	-12	-53,73
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	-10,93	10,61	315,75	-26,87
Norte	Sedes e Subsedes (a) – %	147,91	-36,74	316	-68,95
	Demais Cidades (b) – %	110,30	15,87	-15	-55,30
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	37,62	-52,61	331,38	-13,64
Brasil	Sedes e Subsedes (a) – %	59,52	31,67	196	-86,28
	Demais Cidades (b) – %	93,27	8,98	-23	-49,83
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	-33,75	22,69	219,13	-36,45

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração Própria. Nota: p.p. – pontos percentuais.

Aprofundando ainda mais a análise, a Tabela 6 acima apresenta as variações percentuais, com destaque para a linha efeitos médios, que indica a diferença (em pontos percentuais) entre as variações dos investimentos das cidades envolvidas diretamente nos megaeventos esportivos e as demais cidades brasileiras. No primeiro período pré-megaeventos (2005-2010), os efeitos

em percentual são negativos, exceto na região Norte, indicando que os investimentos cresceram menos nas cidades envolvidas do que nas demais. Em compensação no período imediato ao evento (2012-2014), são observados, no geral (exceto novamente no Norte) efeitos médios positivos, evidenciando como as cidades envolvidas nos eventos foram altamente fomentadas por investimentos. Por fim, exceto no Centro-Oeste, em função da crise econômica apontada na Introdução, todas as cidades apresentaram reduções percentuais médias de investimentos, maiores nas cidades sedes e subse-des dos megaeventos esportivos (efeitos médios negativos).

4.2 PIB per capita

O passo seguinte é avaliar se as dinâmicas dos investimentos, analisadas na seção anterior, resultaram em comportamentos semelhantes dos PIBs *per capita* municipais ao longo do tempo, averiguando se sediar os megaeventos esportivos brasileiros culminou em um “legado” para as cidades envolvidas em termos de crescimento econômico. Lembrando que os possíveis efeitos de investimentos sobre o crescimento econômico foram discutidos no segundo capítulo desta monografia por meio de uma breve revisão da literatura especializada (teórica e empírica.)

A Tabela 7 expõe as diferenças entre os PIBs *per capita* (em R\$ de 2005) nos subperíodos aqui considerados i) 2005 a 2010 (antes dos megaeventos, sendo 2010 o primeiro ano com todas as cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol definidas); ii) 2010 a 2012 (antes dos megaeventos, sem a definição completa das cidades subse-des); iii) 2012 a 2014 (antes dos megaeventos e todas as subse-des definidas); e iv) 2014 a 2019 (durante e após os megaeventos, mas coincidindo com a crise econômica brasileira). As diferenças são calculadas por meio das subtrações entre os respectivos valores do último e primeiro anos do período em pauta. Os PIBs *per capita* dessas cidades nos anos relevantes estão na Tabela A.1 do Apêndice (R\$ de 2005).

Observa-se um aumento quase generalizado do PIB *per capita* nas cidades envolvidas nos megaeventos esportivos nos períodos anteriores e posteriores. Já no período total, tal efeito positivo geral fica evidenciado ao analisar a última coluna da tabela (2005-2014). Portanto, diferentemente do que foi apresentado no período pós-evento (2014-2019) nos investimentos (Tabela 4), os PIBs *per capita* das cidades tenderam a apresentar aumento; ou seja, mesmo em um período no qual o país passou por uma gravíssima crise econômica. Estas são evidências de que se envolver com os eventos pode ter gerado crescimento do PIB *per capita* das cidades.

Tabela 7 – Cidades sedes e subsedes dos megaeventos esportivos brasileiros: diferenças nos PIBs *per capita* médios nos períodos de análise (R\$ milhares de 2005), segundo as regiões brasileiras (2005 a 2019)

Regiões	Sedes/ Subsedes	Cidades	Diferenças de PIB <i>per capita</i> por Períodos (R\$)				
			2005-2010	2010-2012	2012-2014	2014-2019	2005-2014
Sudeste	Sedes	Belo Horizonte	11.015	6.244	3.856	3.671	21.117
		São Paulo	16.191	7.303	4.913	10.061	28.407
		Rio de Janeiro	12.667	6.702	6.904	6.306	26.274
	Subsedes	Águas do Lindóia	5.098	2.487	4.440	7.919	12.025
		Campinas	12.961	8.756	3.232	7.387	24.950
		Cotia	13.043	7.526	5.410	6.887	25.980
		Guarujá	4.793	3.959	5.447	3.721	14.199
		Guarulhos	12.328	4.907	5.961	7.197	23.197
		Itú	10.468	8.872	3.855	4.606	23.196
		Mangaratiba	568	16.998	9.473	-19.744	27.039
		Mogi das Cruzes	11.155	3.866	3.623	4.643	18.645
		Porto Feliz	7.025	5.229	5.092	28.474	17.347
		Ribeirão Preto	12.385	5.052	5.440	9.566	22.879
		Santos	11.490	7.883	5.814	6.539	25.188
		Sete Lagoas	13.054	4.208	3.636	4.826	20.900
		Sorocaba	13.430	9.596	3.190	8.455	26.217
Teresópolis	8.434	5.431	2.834	3.223	16.701		
Vespasiano	6.273	6.615	1.276	-3.172	14.165		
Vitória	24.395	7.913	-6.437	-6.872	25.870		
Sul	Sedes	Porto Alegre	11.252	7.958	5.195	12.098	24.406
		Curitiba	14.178	6.484	3.795	6.154	24.458
	Subsede	Foz do Iguaçu	6.337	7.753	2.822	26.059	16.913
		Viamão	3.325	2.209	1.934	3.540	7.469
Centro-Oeste	Sedes	Cuiabá	8.154	5.679	7.217	4.554	21.051
		Brasília	23.571	5.706	7.257	21.525	36.535
Nordeste	Sedes	Fortaleza	6.880	3.189	3.510	3.435	13.580
		Salvador	6.652	2.454	1.796	2.732	10.904
		Recife	9.230	5.869	3.824	1.826	18.924
		Natal	7.145	4.161	1.923	5.955	13.230
	Subsede	Aracaju	6.545	4.567	2.499	2.800	13.611
		Mata de São João	1.757	5.869	1.528	2.589	9.155
		Porto Seguro	2.862	2.189	2.994	8.225	8.046
		Maceió	6.472	2.959	1.946	4.806	11.379
Norte	Sede	Manaus	10.192	2.004	3.533	5.510	15.730

Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

Aprofundando as análises, a Tabela 8 reporta os efeitos médios do tratamento nos tratados em cada um dos períodos analisados. Isto é, os efeitos médios, em termos de PIB *per capita*, dos megaeventos esportivos nas cidades que os sediaram ou que foram subsede, calculados pela diferença entre as diferenças de evoluções das cidades sedes e subsedes e as demais cidades do recorte geográfico em discussão (Brasil e grandes regiões geográficas). Nota-se que em todas as regiões brasileiras e no Brasil acumulado, assim como nos subperíodos, os efeitos médios são positivos, isto é, as cidades envolvidas nos eventos apresentaram expansão do produção (e

renda) em comparação às demais cidades. Analisando o período pós-evento em detalhe (2014-2019), é possível evidenciar que as cidades brasileiras que não foram sedes ou subsedes tiveram reduções médias do PIB *per capita*, enquanto as cidades do evento persistiram apresentando crescimento econômico. Tal evidência reforça o argumento dos investimentos para a realização dos eventos não terem surtido efeitos em termos de indução da economia apenas nos anos pré-evento, dado que o crescimento econômico persistiu mesmo após e em um período coincidente com umas das maiores crises da história brasileira. Assim, pode ter existido um “legado”.

Tabela 8 – Cidades sedes e subsedes e demais: diferenças nos PIBs *per capita* médios (efeitos do tratamento) nos períodos de análise (R\$ de 2005), segundo as regiões (2005 a 2019)

Regiões	Cidades	Diferenças de PIB <i>per capita</i> por Períodos (R\$)			
		2005-2010	2010-2012	2012-2014	2014-2019
Sudeste	Sedes e Subsedes (a) – R\$	10.883	6.818	4.103	4.931
	Demais Cidades (b) – R\$	2.964	2.200	-672	-2.775
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	7.918	4.618	4.776	7.706
Sul	Sedes e Subsedes (a) – R\$	8.773	6.101	3.437	11.963
	Demais Cidades (b) – R\$	3.108	1.240	660	-119
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	5.664	4.860	2.776	12.086
Centro-Oeste	Sedes e Subsedes (a) – R\$	15.862	5.692	7.237	13.040
	Demais Cidades (b) – R\$	3.576	1.198	436	-91
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	12.286	4.493	6.801	13.132
Nordeste	Sedes e Subsedes (a) – R\$	5.943	3.907	2.503	4.046
	Demais Cidades (b) – R\$	1.412	709	291	-55
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	4.530	3.197	2.211	4.101
Norte	Sedes e Subsedes (a) – R\$	10.192	2.004	3.533	5.510
	Demais Cidades (b) – R\$	1.883	840	-305	-779
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	8.308	1.164	3.839	6.289
Brasil	Sedes e Subsedes (a) – R\$	9.745	5.841	3.816	6.044
	Demais Cidades (b) – R\$	1.938	937	63	-557
	Efeitos Médios (a - b) – R\$	7.807	4.903	3.752	6.601

Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

Por último, a Tabela 9 reporta as variações percentuais dos PIBs *per capita* e as diferenças (efeitos em pontos percentuais) entre as cidades sedes e subsedes dos megaeventos esportivos brasileiros e as demais cidades. Assim, são reforçadas as evidências e os argumentos anteriores favoráveis à hipótese de que sediar um megaevento esportivo proporciona retorno positivo para a população – no caso, um possível “legado” em termos de crescimento econômico favorecido pelos investimentos realizados em infraestrutura. Em todas as regiões brasileiras e no Brasil como um todo, as cidades envolvidas nos eventos esportivos apresentaram aumento percentual maior que as demais cidades, ou seja, efeitos médios positivos e esses efeitos se mantêm no período pós-evento, mesmo o país passando por uma crise e as demais cidades apresentando decréscimo médio. Destacam-se as macrorregiões Sudeste e Sul, que no período pós-evento,

apresentaram os maiores efeitos médios. Além disso, por agregarem a maioria das cidades envolvidas, o efeito positivo no crescimento se propaga a um grande contingente populacional.

Tabela 9 – Cidades sedes e subsedes e demais: diferenças nos PIBs *per capita* médios – efeitos médios do tratamento em percentuais (%) – nos períodos de análise, segundo as regiões (2005 a 2019)

Regiões	Cidades	Diferenças de PIB <i>per capita</i> por Períodos (%)			
		2005-2010	2010-2012	2012-2014	2014-2019
Sudeste	Sedes e Subsedes (a) – %	57,43	22,86	11,20	10,77
	Demais Cidades (b) – %	16,70	10,62	-2,94	-12,48
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	40,74	12,24	14,13	23,25
Sul	Sedes e Subsedes (a) – %	57,52	25,39	11,41	28,30
	Demais Cidades (b) – %	19,48	6,51	3,25	-0,57
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	38,04	18,89	8,15	28,87
Centro-Oeste	Sedes e Subsedes (a) – %	67,11	14,41	16,01	24,87
	Demais Cidades (b) – %	17,75	5,05	1,75	-0,36
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	49,36	9,36	14,26	25,23
Nordeste	Sedes e Subsedes (a) – %	63,18	25,46	13,00	18,6
	Demais Cidades (b) – %	21,38	8,85	3,34	-0,61
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	41,80	16,61	9,65	19,21
Norte	Sedes e Subsedes (a) – %	57,78	7,20	11,84	16,51
	Demais Cidades (b) – %	19,45	7,26	-2,46	-6,44
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	38,33	-0,06	14,31	22,95
Brasil	Sedes e Subsedes (a) – %	59,04	22,25	11,89	16,83
	Demais Cidades (b) – %	15,47	6,31	0,40	-3,47
	Efeitos Médios (a - b) – p.p.	43,57	15,95	11,49	20,30

Fonte: IBGE. Elaboração Própria. Nota: p.p. – pontos percentuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os megaeventos esportivos são eventos com visibilidade mundial e que ocorrem em um único país, a disputa para sediar um megaevento esportivo é acirrada e os governos necessitam apresentar projetos aos comitês organizadores, uma vez que o país que é contemplado com a sede de tal evento, recebe grande atenção além de cobertura midiática e patrocínios para o seu território. No entanto, para que esse evento ocorra uma série de adequações e investimentos em obras de infraestrutura são necessárias. Essa foi a principal motivação para esse estudo, analisar se realmente os gastos em investimento pelo governo em infraestrutura a fim de proporcionar a realização do evento resulta em um efeito positivo para a população.

Os maciços investimentos tem por objetivo adequar os locais aos padrões de mobilidade e estrutura internacionais solicitados pelos comitês organizadores, estes recursos tendo por base a ideia de um multiplicador dos gastos governamentais geraria incremento no comercio de materiais de construção, pressões para o aumento da produção industrial destes insumos e cria a demanda por novos trabalhadores. O aumento nos postos de trabalho tende a elevar o nível de renda das cidades, gerando impactos positivos em toda a cadeia de consumo local, uma vez que o salário se destina em grande parte ao consumo de bens e serviços diversos.

No caso brasileiro, o país sediou dois dos principais megaeventos esportivos nos últimos anos (Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016), com aproximadamente R\$ 28 bilhões de reais investidos em obras públicas nos anos antecedentes ao evento. Sendo 33 cidades afetadas diretamente pelos jogos ou indiretamente como hospedagem para as seleções, no caso da Copa do Mundo, além do caso especial do Rio de Janeiro que sediou os dois eventos.

A pesquisa tentou captar o quanto esses eventos megaeventos esportivos e os investimentos em infraestrutura que demandam, geraram de impacto positivo no produto interno destas cidades, para isso se utilizou do modelo de análise de diferenças em diferenças, comparando os investimentos e o efeito desses investimentos no PIB *per capita* para as cidades sedes e subsedes em comparação com as demais cidades do território brasileiro, e essa análise foi feita para um período que antecede o evento e o período pós o evento, assim foi possível mensurar se houve impacto positivo para a sociedade em questão.

Além dos dados brutos obtidos através da base de dados das contas anuais disponível no site do tesouro nacional, na pasta que trata das finanças do Brasil e dos dados do produto

interno bruto dos municípios brasileiros, encontrada na base de recuperação automática do IBGE o SIDRA, algumas validações estatísticas se tornaram necessárias para dar maior credibilidade ao estudo. O intuito das validações é saber se há sentido relacionar uma conta com outra e se uma explica a outra e em qual porcentagem, tudo isso para não incorrer no erro de comparar duas coisas que nada tem a ver uma com a outra. A partir disso foram montadas nove tabelas que se subdividiam em dois assuntos, pib *per capita* e investimentos municipais, de modo que estas foram montadas objetivando demonstrar se as hipóteses da pesquisa podiam ou não ser validadas.

Neste sentido é possível responder com certeza duas indagações que motivaram a pesquisa, os megaeventos esportivos elevaram enormemente os investimentos em infraestrutura nas cidades sedes em detrimento das outras restantes do Brasil. No entanto, no período pós-evento também é possível evidenciar uma queda abrupta dos investimentos, esse agravamento pode ser justificado pela crise econômica que o país vivenciou a partir do ano de 2015.

Diante disso, o efeito multiplicador auxilia no crescimento econômico da região que redundava em maiores valores para o produto interno bruto municipal que foram também validados por esta pesquisa, que mostrou que sim, as cidades sede tiveram melhor desempenho no crescimento econômico que aquelas que não receberam o megaevento esportivo. E diferentemente do que foi evidenciado nos investimentos, o produto manteve positivo mesmo no longo prazo em comparação com as demais cidades brasileiras. Desse modo pode-se afirmar que sim, os megaeventos esportivos realizados no Brasil nos anos de 2014 e 2016 resultaram em retornos positivos para as cidades sedes brasileiras que sediaram ou tiveram influência indireta na realização do megaevento esportivo.

APÊNDICE

Tabela A.1 – Cidades sedes e subsedes: investimentos e PIB *per capita* nos anos selecionados para as análises, segundo as cidades sedes e subsedes

Ano	2005	2010	2012	2014	2018	2019
Investimentos (R\$ milhares de 2005)						
<i>Sedes</i>						
Belo Horizonte (MG)	240.813	314.659	598.360	1.680.746	396.959	177.862
Rio de Janeiro (RJ)	557.165	813.993	1.551.805	5.387.780	588.112	192.032
São Paulo (SP)	611.669	1.522.731	1.886.478	6.232.147	1.859.132	854.330
Porto Alegre (RS)	105.597	186.203	239.897	493.159	184.934	49.063
Curitiba (PR)	95.150	81.771	198.131	330.676	180.056	-
Distrito Federal	653.842	674.181	770.518	724.759	39.283	-
Fortaleza (CE)	50.465	200.501	216.266	761.766	333.617	170.809
Salvador (BA)	69.785	91.173	95.649	571.044	341.142	158.096
Recife (PE)	63.100	108.659	196.341	637.107	236.678	102.579
Natal (RN)	44.733	41.210	33.353	489.222	94.544	22.262
Manaus (AM)	100.732	249.728	157.975	657.879	350.529	204.285
<i>Subsedes</i>						
Águas de Lindóia (SP)	1.970	2.640	2.787	10.470	7.541	1.716
Santos (SP)	37.591	38.201	50.682	269.405	75.959	61.702
Campinas (SP)	50.349	52.023	30.979	156.560	143.137	69.992
Itu (SP)	7.745	25.943	37.415	144.639	36.921	11.989
Sorocaba (SP)	24.692	77.871	9.714	119.738	69.548	37.754
Sete Lagoas (MG)	5.878	18.434	44.377	191.060	22.201	7.842
Vespasiano (MG)	8.430	3.124	997	2.813	12.413	3.934
Guarujá (SP)	28.137	23.401	39.762	107.733	54.647	27.233
Guarulhos (SP)	88.320	141.673	79.388	339.186	109.851	68.370
Porto Seguro (BA)	3.461	4.724	7.622	25.710	10.029	5.176
Vitória (ES)	40.572	132.445	150.570	190.005	74.929	25.634
Maceió (AL)	29.946	59.114	31.212	71.992	28.671	11.424
Mata de São João (BA)	5.872	8.103	15.001	25.654	21.916	7.725
Cotia (SP)	12.102	15.821	38.742	40.596	34.046	20.456
Mangaratiba (RJ)	701	8.590	1.839	5.054	804	2.895
Teresópolis (RJ)	9.877	1.895	4.504	12.910	3.949	-
Mogi das Cruzes (SP)	39.879	46.125	71.362	238.626	97.935	29.783
Porto Feliz (SP)	5.484	8.917	7.659	12.527	18.377	-
Ribeirão Preto (SP)	42.996	43.706	40.609	59.166	56.202	27.641
Foz do Iguaçu (PR)	34.545	13.290	14.687	86.741	68.969	22.705
Viamão (RS)	10.116	4.675	7.773	41.296	11.127	2.509
Aracaju (SE)	47.423	32.550	62.547	75.644	46.990	24.043
PIB <i>per capita</i> (R\$ de 2005)						
<i>Sedes</i>						
Belo Horizonte (MG)	13.907	24.923	31.167	35.024	36.830	38.695
Rio de Janeiro (RJ)	20.252	32.920	39.623	46.527	54.329	52.833
São Paulo (SP)	23.873	40.064	47.367	52.280	58.690	62.341
Porto Alegre (RS)	19.050	30.303	38.261	43.457	52.182	55.555
Curitiba (PR)	19.093	33.272	39.756	43.552	45.458	49.707
Cuiabá (MT)	14.593	22.747	28.427	35.644	39.594	40.199
Distrito Federal	32.681	56.253	61.959	69.217	85.661	90.743

Ano	2005	2010	2012	2014	2018	2019
Fortaleza (CE)	8.239	15.119	18.309	21.819	25.114	25.254
Salvador (BA)	8.577	15.229	17.684	19.481	22.236	22.213
Recife (PE)	12.481	21.712	27.582	31.406	31.996	33.232
Natal (RN)	8.927	16.072	20.233	22.157	27.088	28.113
Manaus (AM)	17.640	27.833	29.837	33.371	36.429	38.881
<i>Subsedes</i>						
Águas de Lindóia (SP)	8.440	13.538	16.026	20.466	26.370	28.386
Santos (SP)	20.782	32.273	40.156	45.971	51.907	52.510
Campinas (SP)	22.372	35.333	44.090	47.322	51.410	54.710
Itu (SP)	19.582	30.050	38.923	42.778	45.445	47.385
Sorocaba (SP)	20.206	33.636	43.233	46.424	52.160	54.879
Sete Lagoas (MG)	14.136	27.190	31.399	35.036	35.979	39.863
Vespasiano (MG)	8.650	14.923	21.539	22.815	19.394	19.642
Guarujá (SP)	10.495	15.289	19.248	24.695	25.408	28.417
Guarulhos (SP)	16.854	29.183	34.091	40.052	44.896	47.249
Porto Seguro (BA)	6.456	9.318	11.507	14.502	21.313	22.728
Vitória (ES)	40.695	65.091	73.004	66.566	71.227	59.694
Maceió (AL)	6.791	13.264	16.223	18.170	22.123	22.977
Mata de São João (BA)	13.507	15.264	21.134	22.662	24.681	25.252
Cotia (SP)	20.765	33.808	41.334	46.745	51.212	53.632
Mangaratiba (RJ)	48.243	48.811	65.809	75.282	82.319	55.538
Teresópolis (RJ)	9.249	17.684	23.116	25.950	28.557	29.174
Mogi das Cruzes (SP)	13.093	24.248	28.115	31.738	34.907	36.382
Porto Feliz (SP)	10.610	17.636	22.865	27.957	49.247	56.431
Ribeirão Preto (SP)	17.825	30.211	35.263	40.704	49.420	50.271
Foz do Iguaçu (PR)	18.051	24.389	32.142	34.964	56.702	61.024
Viamão (RS)	4.820	8.146	10.355	12.290	14.748	15.831
Aracaju (SE)	10.276	16.821	21.389	23.888	26.779	26.688

Fontes: SICONFI/FINBRA e IBGE-SIDRA. Elaboração Própria.

Tabela A.2 – Investimentos e PIB *per capita* médios nos anos selecionados para as análises, segundo as regiões geográficas

Anos / Regiões	2005	2010	2012	2014	2018	2019
Investimentos (R\$ milhares de 2005)						
Brasil	2.072.496	3.997.829	3.453.319	3.669.739	1.350.266	976.365
Norte	214.162	370.158	294.753	328.144	147.748	85.643
Nordeste	369.178	848.982	741.145	817.571	376.690	259.793
Sudeste	245.013	2.216.185	1.811.183	1.767.194	487.722	399.147
Sul	1.244.143	298.357	248.030	317.411	194.243	143.546
Centro-Oeste	2.072.496	264.147	358.208	439.418	143.863	88.237
PIB <i>per capita</i> (R\$ de 2005)						
Brasil	11,78485	15,48245	15,88809	14,82013	9,406271	8,438809
Norte	7,24704	9,910759	10,16197	9,297185	5,967901	5,474577
Nordeste	5,543934	7,485279	7,753389	7,451147	4,956797	4,406107
Sudeste	15,90705	20,62818	21,13078	19,39525	11,87944	10,63914
Sul	12,80428	17,21162	17,65496	16,99732	11,25071	10,18499
Centro-Oeste	14,40623	19,19242	19,72444	18,53981	12,09601	10,7703

Fontes: SICONFI/FINBRA e IBGE-SIDRA. Elaboração Própria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMIR A. B. J.; EDSON P. D.; ALINE S. M. QUANTO VALE O SHOW? IMPACTOS ECONÔMICOS REGIONAIS DA COPA DO MUNDO 2014 NO BRASIL, Disponível em:

<<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/384.pdf>>. Acesso em 23 de junho, 2021.

ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J. S. *Mostly harmless econometrics: an empiricist's companion*. Princeton University Press, Princeton, 2009.

ASCHAUER D. A. (1989). Is public expenditure productive? *Journal of Monetary Economics*, 23,177-200. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/0304-3932\(89\)90047-0](http://dx.doi.org/10.1016/0304-3932(89)90047-0)>. Acesso em 23 de fevereiro, 2021.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, v.31, n.89, jan./abr., 2018.

BERTOLUSSI G. L.; JUNIOR R. E.; Infraestrutura de transporte e crescimento econômico no Brasil. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/jtl/v6n4/v6n4a06.pdf>>. Acesso em 23 de junho de 2021.

BONELLI, R. (2014). Produtividade e armadilha do lento crescimento. In F. De Negri & L. R. Cavalcante (Eds.), *Produtividade no Brasil: Desempenho e determinantes* (Vol. 1, pp. 111-142). Brasília: IPEA:ABDI. Disponível em:< https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=23986>. Acesso em 13 de janeiro, 2022.

CENSO DEMOGRAFICO. Censo demográfico 2010. Disponível em : <IBGE Censo 2010.> Acesso em: 24 de fevereiro, 2021.

CHANG, Ha Joon; *Chutando a escada*; São Paulo; Editora Unesp. 2002.

ERNST & YOUNG. *Brasil Sustentável: Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014*. E.Y.M.C. Limited, 2010.

FERREIRA P. C.; *Infraestrutura Pública, Produtividade e Crescimento*. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/679/000062436.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 30 de outubro, 2021.

GARCIA F.; SANTANA J. R. e SOUZA, R. C.; (2004) “O custo social do subdesenvolvimento da infraestrutura.” Relatório de pesquisa, SINICESP, FGV.

GROSSMAN G. M.; HELPMAN E. (1990). Comparative advantage and long-run growth. *The American Economic Review*, 80(4), 796-815. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2006708>>. Acesso em 14 de agosto, 2021.

HALL R. E.; JONES C. I. (1999). Why do some countries produce so much more output per worker than others? *The Quarterly Journal of Economics*, 114(1), 83-116. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1162/003355399555954>>. Acesso em 23 de dezembro, 2021.

INFLATION EU. Histórico da Inflação no Brasil. Disponível em: <Inflação histórica Brasil – inflação histórica Brasil IPC (inflation.eu)>. Acesso em 18 de fevereiro, 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE explica: Produto Interno Bruto. Disponível em: <Produto Interno Bruto - PIB | IBGE>. Acesso em: 23, fevereiro de 2021.

MARCONI, N. A economia das quentinhas. *Revista Conjuntura Econômica*, v.72, n.6, 2018.

MINITAB. Noções básicas sobre o teste T. Disponível em: <Noções básicas sobre Testes-t: Para uma amostra, para duas amostras e pareados. (minitab.com)>. Acesso em: 24 de fevereiro, 2021.

OLIVEIRA A.; A Economia dos Megaeventos: impactos setoriais e regionais, 2011, Disponível em: <<file:///C:/Users/igora/Downloads/Dialnet-AEconomiaDosMegaeventosImpactosSetoriaisERegionais-3990167.pdf>>. Acesso em 23 de agosto, 2021.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. *Estudos Avançados*, v.31, n.89, jan./abr., 2017.

PRONI, M. W.; SILVA, L. O. S., 2012, Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas. Disponível em: <https://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/122700_TD211_Proni.pdf>. Acesso em 25 de março, 2021.

QUESTIONPRO. Correlação de Pearson: de que trata esse coeficiente? <Correlação de Pearson: de que trata esse coeficiente? (questionpro.com).> Acesso em 24 de fevereiro de 2021.

RUBIRA, L. V.; BRANDÃO P. M. AS CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS DA COPA DO MUNDO DO BRASIL 2014. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/5039/4796>>. Acesso em 30 de março, 2021.

SACHS, J. D.; LARRAIN, F. B. *Macroeconomia – Edição Revisada – São Paulo*; Makron Books. 1995.

SCHULTZ, T. W. (1961). Investment in human capital. *The American Economic Review*, 51(1), 1-17. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1818907>>. Acesso em 30 de março, 2021.

SIQUEIRA, L. Rio 2016, valeu apenas gastar R\$40 bilhões?. Disponível em: <Rio 2016. Valeu a pena gastar R\$ 40 bilhões? | InfoMoney>. Acesso em 9 de fevereiro, 2021.

SPREADSHEETO. Como calcular o P valor. Disponível em: <How To Calculate P Value In Excel (Step-By-Step Tutorial) (spreadsheets.com)>. Acesso em 24 de fevereiro, 2021.

SUPORTE MICROSOFT. Função Pearson. Disponível em:< PEARSON (Função PEARSON) - Suporte do Office (microsoft.com)>. Acesso em 24 de fevereiro de 2021.

SUPORTE MICROSOFT. R quadrado. Disponível em:< RQUAD (Função RQUAD) - Suporte do Office (microsoft.com)>. Acesso em 24, fevereiro de 2021.

SUSANNE O.; IAN J.; KEITH W.; The Perceived Social Impacts of the 2006 Football World Cup on Munich Residents, 2008, Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14775080601155167>>. Acesso em 23 de setembro, 2021.

TAVARES P. I.; Os impactos socioeconômicos para as cidades sedes de megaeventos esportivos: Jogos Pan-Americanos. Disponível em: <http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/611/Pedro%20Ivo%20Tavarez_balho.pdf?sequence=1>. Acesso em 05 de janeiro, 2022.